



Gabinete para a Resolução Alternativa de Conflitos

## **Ministério da Justiça incentiva recurso à mediação em alternativa aos tribunais**

12.03.2009 Lusa

O Gabinete para a Resolução Alternativa de Conflitos (GRAL) está a promover sessões no país para divulgar a possibilidade de recurso à mediação, em alternativa aos tribunais, sistema que tem revelado uma média de 60 por cento de sucesso.

Sónia Reis, directora-adjunta do GRAL, organismo do Ministério da Justiça, reuniu-se hoje, em Santarém, com algumas dezenas de representantes de entidades e instituições do distrito, a exemplo do que tem vindo a acontecer, às quintas-feiras, noutras capitais de distrito, no âmbito da iniciativa "Quintas da Mediação". Segundo disse, o recurso à mediação tem vindo a crescer, sendo a taxa média de sucesso desta alternativa aos tribunais da ordem dos 60 por cento.

No distrito de Santarém, o Governo Civil, "particular entusiasta da mediação", cedeu um espaço para o funcionamento dos serviços de mediação familiar e laboral, existindo uma lista de mediadores para os distritos de Santarém, Coimbra e Leiria "mais que suficiente", disse Sónia Reis, sublinhando que os concursos vão sendo abertos à medida que seja necessário aumentar a capacidade de resposta. No final de Maio, com a conclusão do primeiro curso de mediação familiar, ministrado pela Escola Superior de Educação de Santarém, estarão disponíveis 34 novos profissionais.

A ausência de divulgação em locais privilegiados de contacto com os cidadãos - Tribunais, Juntas de Freguesia, Comissões de Protecção de Crianças e Jovens - foi uma das críticas apontadas na sessão de hoje. Sónia Reis afirmou que o objectivo das sessões que têm vindo a ser promovidas é precisamente fazer chegar a informação e recolher sugestões, estando ainda prevista a realização de acções de formação, por exemplo nas freguesias, e colóquios, nomeadamente para juizes e magistrados e para as forças de segurança.

A mediação pública disponibiliza três sistemas, o familiar, a funcionar desde 2007 e presente em todo o território nacional, o laboral, desde 2006, a ser alargado, e o penal, lançada em Janeiro de 2008 e ainda em fase experimental (dois anos) em quatro comarcas (Porto, Aveiro, Oliveira do Bairro e Seixal).

Sónia Reis frisou que, além da celeridade na resolução dos conflitos (uma média de três meses), este sistema tem custos reduzidos (50 euros para cada uma das partes nas mediações familiar e laboral e gratuito na penal), havendo a possibilidade de ser gratuito para pessoas carenciadas.

A mediação, que parte de uma base "absolutamente voluntária" e de adesão de ambas as partes do conflito, pode ser procurada através do número de telefone 808262000 ou no site [www.gral.mj.pt](http://www.gral.mj.pt), onde uma "inteligência artificial", de nome Vera, responde a todas as questões e encaminha a pessoa para o mediador.